



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLL

RELATORIA: DLL**TERMO:** VOTO À DIRETORIA COLEGIADA**NÚMERO:** 39/2024**OBJETO:** Processo administrativo ordinário em face da empresa Colitur Transportes Rodoviários Ltda.**ORIGEM:** SUFIS**PROCESSO (S):** 50500.367338/2023-81**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** não há**ENCAMINHAMENTO:** APLICAR À EMPRESA A SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA, COM FULCRO NO ARTIGO 78-A DA LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001.

1. DO OBJETO

1.1. Tratam os autos de Processo Administrativo Ordinário instaurado para apurar indícios de irregularidades cometidas pela empresa COLITUR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 28.690.998/0001-12, doravante denominada COLITUR, por descumprimento das obrigações dispostas na Resolução nº 4.499, de 28 de novembro de 2014, que define o tipo, a estruturação, a coleta, o armazenamento, a disponibilização e o envio dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros - Monitriip.

2. DOS FATOS

2.1. Nos autos dos processos nº 50500.317845/2023-73 e nº 50500.358753/2023-43, a Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e de Passageiros - SUFIS procedeu, de ofício, até 29/11/2023, a apurações fiscalizatórias para apurar indícios de irregularidades. As fiscalizações focaram especificamente no cumprimento das obrigações dispostas na Resolução nº 4.499, de 28 de novembro de 2014, que define o tipo, a estruturação, a coleta, o armazenamento, a disponibilização e o envio dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros - Monitriip.

2.2. Na ocasião, a SUFIS, nos termos do que consta na NOTA TÉCNICA SEI Nº 7085/2023/SUFIS/DIR/ANTT e anexos (pág. 5 do 20458728), verificou que a empresa COLITUR foi elencada dentre aquelas sem qualquer envio de dados do sistema de Monitriip embarcado, nos meses de janeiro a julho de 2023. De acordo com o que consta na referida Nota, a empresa deixou de encaminhar os dados do Monitriip referentes a 3.861 (três mil, oitocentas e sessenta e uma) viagens, previstas para serem operadas de janeiro a julho de 2023. Dessa forma, tal conduta configurou, no entendimento da área técnica, violação do disposto no art. 1º, inciso II, alínea "a" da Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003, que estabelece: "não atender à solicitação da ANTT para apresentação de documentos e informações no prazo estabelecido".

2.3. A conduta da empresa também caracterizaria descumprimento de requisito para a operação de mercados, e, por conseguinte, de linhas, conforme a regra estabelecida pelo art. 47 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, vigente à época da apuração dos fatos. Dessa forma, o Superintendente de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros entendeu restarem atendidos os requisitos para a adoção de medidas cautelares, visando à garantia do cumprimento da legislação e correção imediata das infrações, razão pela qual publicou a Portaria SUFIS nº 52, de 19 de outubro de 2023. Em consonância com a legislação aplicável e com o disposto no art. 1º da referida Portaria, foi exarado Despacho da SUFIS (20458728, pág. 222), determinando a abertura de processo administrativo ordinário, visando apurar as supostas infrações decorrentes de condutas reiteradas de descumprimento da Resolução nº 4.499/2014. Assim, entendeu a SUFIS pela instauração do presente processo administrativo sancionador, nos termos da Portaria SUFIS nº 78, de 29 de novembro de 2023 (20698094), visando a apuração de possível infração cometida pela COLITUR e passível de sanção mais gravosa.

2.4. Ato contínuo, a COLITUR foi notificada para apresentar defesa, nos termos do que consta no 20799608. Em 9/01/2024, foi apresentada, de forma tempestiva, a Defesa Administrativa Prévia, conforme peticionamento intercorrente nº 50500.008381/2024-98. Posteriormente, foi encaminhada à COLITUR nova Notificação nº 21870943 para manifestação acerca do novo documento juntado aos autos (21859250), razão pela qual, em 22/02/2024, foi apresentado tempestivamente o complemento da defesa (50500.052440/2024-65).

2.5. Notificada para apresentar alegações finais (22139562), a COLITUR o fez juntando aos autos o protocolo nº 50500.074822/2024-40. Em sua defesa, contestou a COLITUR a base de fundamentação do processo administrativo, enfatizando que a medida cautelar de suspensão das atividades foi aplicada com base em supostas violações relacionadas ao envio de dados ao sistema MONITRIIP. Entretanto, argumentou que a empresa estava em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.499/2014, mediante a contratação de empresas terceirizadas para gerenciar o envio desses dados. Destacou, ainda, que após a implementação da medida cautelar, adotou medidas imediatas para sanar eventuais deficiências no envio de dados ao Monitriip, contratando outro prestador de serviços devidamente habilitado pela ANTT. Além disso, apresenta documentos que corroboram sua conformidade com outras normativas, como a emissão de bilhetes de passagem eletrônicos e a adequada manutenção de sua frota. A defesa arguiu ainda a inexistência de uma sanção específica prevista na legislação para o caso de falha no envio de dados ao Monitriip. Ao final, ressaltou os prejuízos financeiros e operacionais acarretados pela aplicação da medida cautelar de suspensão das atividades, que teriam afetado negativamente tanto a empresa quanto a população atendida por suas linhas.

2.6. Na sequência, de posse das informações constantes dos autos, a Comissão Processante, após analisar as manifestações apresentadas pela defesa, concluiu que houve, de fato, descumprimento das obrigações relacionadas ao Monitriip, nos termos previstos na Resolução nº 4.499/2014, o que constitui infração grave, prejudicial aos princípios da eficiência, supremacia e indisponibilidade do interesse público. A Comissão fundamentou a sua decisão no fato de que o descumprimento das obrigações relacionadas ao Monitriip dificulta o acesso da fiscalização às informações pertinentes ao serviço prestado, aumentando os riscos de falhas na prestação do serviço e onerando o Estado com despesas relacionadas a operações presenciais.

2.7. Todavia, a Comissão considerou que houve a regularização da conduta infracional por parte da empresa. Concluiu assim que, apesar de restar comprovada a prática de uma infração, a regulada incorreu em atenuante prevista no inciso III, do § 1º do art. 67, do Anexo da Resolução nº 5.083/2016. Destacou, também, que foram identificadas outras atenuantes ou agravantes, tampouco constatada a reincidência.

2.8. Assim, concluiu a Comissão Processante ser incabível o arquivamento do processo, o que havia sido pleiteado pela defesa. Por outro lado, por estar cristalina a correção, pela empresa, após a publicação da Portaria SUFIS nº 60/2023, das práticas infracionais e por incorrer na atenuante prevista no art. 67, §1º, III do Anexo da Resolução nº 5.083/2016, entendeu que a penalidade cabível é a de advertência, atendendo, assim aos princípios da legalidade, da proporcionalidade, da supremacia e da indisponibilidade do interesse público. Além disso, sugeriu à SUFIS a adoção das medidas necessárias para a lavratura dos autos de infração decorrentes do não envio de dados do Monitriip, relativos às viagens obrigatórias realizadas pela empresa entre 01/01/2023 e 31/07/2023.

2.9. Encaminhados os autos à SUFIS, essa elaborou o RELATÓRIO À DIRETORIA 299 (23414378), onde registrou que a empresa é detentora do Termo de Autorização Regular - TAR 38, com validade até 10/08/2025, e possui duas linhas ativas junto à ANTT. Destacou, ainda, que após a suspensão cautelar das operações por meio da Portaria SUFIS nº 52/2023, em 20 de novembro de 2023, adveio a Portaria SUFIS Nº 60/2023, que fez com que a empresa tivesse, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de sua publicação, o direito e o dever de operar parte de suas linhas. Essa medida deu-se mediante a comprovação prévia, pela

empresa, do cumprimento dos requisitos mínimos relativos à implantação do Monitriip e das demais exigências dispostas na Portaria SUFIS nº 52/2023, o que seria objeto de fiscalização durante o período no qual foi autorizada a operar.

2.10. Em consonância com a análise fático-jurídica efetuada pela Comissão, afirmou a SUFIS que a COLITUR, ao deixar de cumprir seu dever administrativo de enviar os dados de Monitriip relativos às viagens às quais, de acordo com os quadros de horários de suas linhas, se encontrava autorizada e obrigada a operar, incorreu em infração de natureza grave. Contudo, registrou a SUFIS que a empresa tem apresentado progressivo atendimento às regras relativas ao Monitriip, culminando com sua melhor adequação a partir de novembro de 2023, segundo os dados levantados, não sendo razoável, neste momento, a aplicação de sanção que impossibilite a empresa de manter a operação de seus serviços, realizados hoje de forma mais adequada ao escopo desta apuração. Assim, coadunando com a conclusão da Comissão Processante, entendeu aquela Superintendência pela necessidade de advertir a regulada quanto à situação ocorrida no período apurado, tendo apresentado adequação próxima ao desejável após a aplicação da medida cautelar exarada na Portaria SUFIS nº 52/2023.

2.11. Na sequência, conforme Certidão 24188356, o processo foi distribuído, mediante sorteio, a esta DLL.

2.12. É o relato dos fatos. Passo à análise.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. A Resolução nº 5.083/2016 dispõe sobre o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres, bem como que desrespeitem os deveres estabelecidos nos editais de licitações, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização.

3.2. De acordo com o art. 1º, § 1º, da Resolução nº 5.083/2016, o processo administrativo de apuração de infrações é dividido, essencialmente, em três partes: instauração, instrução e decisão. A forma como essas partes se desenvolve varia de acordo com a natureza da penalidade. Se se tratar de penalidade de advertência ou multa, o processo terá um rito simplificado (art. 5º), ao passo que as demais penalidades serão apurados por meio do rito ordinário (art. 4º).

3.3. Dessa forma, à luz do que dispõe a Resolução e a Instrução Normativa, entendo que a tramitação processual se deu de maneira escorreita, haja vista que foi instaurado por autoridade competente; foi devidamente instruído por uma Comissão Processante de 3 servidores efetivos; foi oportunizada a apresentação de defesa prévia e alegações finais; e será decidido por esta Diretoria Colegiada. Portanto, no que tange ao aspecto formal, resta incólume a atuação da Agência.

3.4. A Comissão de Processo Administrativo foi instaurada por meio da Portaria SUFIS nº 69, de 29 de novembro de 2023 (20698094), de acordo com o que dispõe o art. 89, do Decreto nº 2.521/1998 e a Resolução nº 5.083/2016, para apurar os fatos narrados referentes à COLITUR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.

3.5. Quanto à materialidade da infração indicada em desfavor da empresa COLITUR, conforme verifico da NOTA TÉCNICA SEI Nº 7085/2023/SUFIS/DIR/ANTT e anexos (pág. 5 do 20458728), que motivou a instauração do presente processo, foram relatados descumprimentos do regulamento vigente, vez que a empresa teria deixado de cumprir condição essencial para operação de serviços, qual seja, a implantação do sistema de Monitriip. Verifico, também, que foi destacado pela área técnica que implantar o Monitriip é observar as disposições da Resolução nº 4.499/2014, seja para instalação dos equipamentos, sistemas e do envio dos dados dos sistemas embarcado e não embarcado. Contudo, nenhum dado foi transmitido à ANTT entre os meses de janeiro a julho de 2023, o que é vedado e caracteriza infração de natureza grave.

3.6. É cediço que a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, impõe às transportadoras a observância da regulação de transportes terrestres para que seja possível a outorga e execução de serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros. Nesse sentido, o art. 47 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que era o regulamento vigente à época da ocorrência da infração, determina como requisito para a operação de linhas o Monitriip. Vejamos:

Art. 47. Para operação das linhas, a autorizatária deverá implantar Sistema de Monitoramento do Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, a partir de 90 (noventa) dias da emissão das Licenças Operacionais, ou a partir de 30 de novembro de 2016, o que ocorrer primeiro, nos termos de Resolução específica da ANTT.

3.7. Assim, verifica-se que o art. 47 da Resolução nº 4.770/2015 prevê como condição essencial para operação de serviços a implantação do sistema de Monitriip, o que engloba a instalação dos equipamentos, dos sistemas e o envio dos dados dos sistemas embarcado e não embarcado.

3.8. Já a Resolução nº 4.499, de 28 de novembro de 2014, que é o regulamento específico que trata do Monitriip, estabelece, em seu art. 12, que os dados do subsistema não embarcado, que são os bilhetes de passagem comercializados, devem ser enviados à ANTT no prazo máximo de 24 horas de seu registro. Já os dados do subsistema embarcado, que é a viagem em si, devem ser enviados à ANTT em tempo real a partir do seu registro, admitindo-se o envio posterior em até 10 horas em caso de problemas temporários de conectividade, conforme preconiza o art. 19.

3.9. Considerando que no período de janeiro a julho de 2023 a empresa COLITUR não realizou a transmissão dos dados referentes à sua operação autorizada, o que é exigido pela Resolução nº 4.499/2014, caracterizada está a infração, tendo em vista o desatendimento de requisito para a existência de uma LOP.

3.10. Conforme extrai dos autos, a empresa não encaminhou a esta agência reguladora os dados do Sistema de Monitoramento do Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros - Monitriip relativos a 3.861 (três mil, oitocentas e sessenta e uma) viagens, que, conforme os respectivos quadros de horários das linhas, a empresa estava obrigada a executar no período de janeiro a julho de 2023 e, por conseguinte, obrigada também ao respectivo envio dos dados de Monitriip, sendo certo que incorreu, no caso, especificamente na conduta expressamente disposta no art. 1º, II, "a" da Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003.

3.11. Cabe salientar, novamente, que a infração em questão foi cometida quando da vigência da Resolução nº 4.770/2015. Contudo, a Resolução nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023, que é o novo marco regulatório do setor em questão, também prevê, em seu art. 192, a obrigatoriedade de transmissão de dados. Transcrevo:

Art. 192. A autorizatária deverá transmitir à ANTT, obrigatoriamente, as informações exigidas pela [Resolução 4.499, de 28 de novembro de 2014](#), por meio do Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros (Monitriip), em especial todos os dados relativos a:

I - bilhetes de passagem emitidos e cancelados;

II - viagens realizadas; e

III - passageiros embarcados e não embarcados.

3.12. Tal exigência se faz necessária vez que a implantação do Monitriip permite à ANTT o monitoramento dos serviços delegados, possibilitando a aferição remota do cumprimento ou descumprimento de diversas obrigações a que se vinculam os agentes regulados. O monitoramento das atividades delegadas, efetuado por meio de acesso a dados e sistemas, permite à Administração Pública efetuar a análise dos serviços de maneira otimizada, mitigando-se substancialmente o dispêndio de recursos financeiros e humanos decorrentes do deslocamento dos agentes para a execução de operações presenciais. Também permite ganhos de escala, pois a quantidade de dados abarcados pelo monitoramento pode ser expressivamente elevada, permitindo ao regulador alcançar um diagnóstico dos serviços baseado em amostragens maiores, as quais permitem, pois, a efetuação de recortes de acordo com as subcaracterísticas dos grupos acerca dos quais se pretende obter o diagnóstico, permitindo melhor direcionamento das ações regulatórias, em conformidade com o princípio da eficiência.

3.13. Assim, não resta dúvidas quanto à configuração da conduta infracional posta em análise, consubstanciada no descumprimento do dever de trafegar em serviço com o equipamento de Monitriip e de enviar os dados de Monitriip, nos termos dispostos na Resolução nº 4.499/2014, vez que é profundamente atentatória aos princípios da eficiência, da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, dificultando sobremaneira o acesso da fiscalização às informações relativas ao serviço operado, e obstaculizando à ANTT mitigar os riscos inerentes a falhas na prestação e onerando o Estado com despesas evitáveis, destinadas à execução de operações presenciais.

3.14. Todavia, não obstante tudo que foi constatado, ficou demonstrada nos autos a devida correção realizada pela empresa das práticas infracionais, após a publicação da Portaria SUFIS nº 60/2023. Assim, está caracterizada a atenuante prevista no art. 67, §1º, III do Anexo da Resolução nº 5.083/2016, razão

pela qual a penalidade de advertência sugerida pela Comissão Processante, e ratificada pela SUFIS, se mostra medida adequada, proporcional e em conformidade com os princípios da legalidade, proporcionalidade, supremacia e indisponibilidade do interesse público.

3.15. Conforme consta nos autos, a empresa COLITUR tem apresentado progressivo atendimento às regras relativas ao Monitriip, culminando com sua melhor adequação a partir de novembro de 2023, segundo os dados levantados.

3.16. Assim, não entendo ser razoável, neste momento, a aplicação de sanção que impossibilite a empresa de manter a operação de seus serviços, realizados hoje de forma mais adequada às exigências dos normativos vigentes. Porém, é necessário advertir a COLITUR quanto à situação ocorrida no período entre janeiro e julho de 2023, em que ela operou sem se preocupar em garantir o correto atendimento às regras do Monitriip em relação às viagens que realizou, tendo apresentado adequação próxima ao desejável após a aplicação da medida cautelar exarada na Portaria SUFIS nº 52/2023.

3.17. Nesse sentido, em consonância com a conclusão da Comissão Processante e da SUFIS, também entendo adequado aplicar à empresa a pena de advertência à COLITUR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., com fulcro no artigo 78-A da Lei nº 10.233/2001. Determino ainda à SUFIS que notifique a interessada acerca dos termos da decisão adotada.

3.18. Por fim, consigno que entendo adequada a determinação de que sejam encaminhados os autos à SUFIS, a fim de que essa unidade adote as providências necessárias e pertinentes à lavratura dos autos de infração decorrentes do não envio dos dados de Monitriip relativos às viagens a que a empresa se encontrou obrigada a executar entre 01/01/2023 e 31/07/2023, tendo em vista sua incidência na conduta disposta no art. 1º, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003, conforme os itens 4.17 e 5.1 do Relatório Final CPA (22525916).

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Por todo o exposto, considerando-se as mencionadas manifestações técnicas que motivam a decisão nos presentes autos, VOTO por:

- a) aplicar à empresa COLITUR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 28.690.998/0001-12, a sanção de advertência, com fulcro no artigo 78-A da Lei nº 10.233/2001; e
- b) encaminhar os autos à SUFIS, a fim de que essa unidade adote as providências necessárias e pertinentes à lavratura dos autos de infração decorrentes do não envio dos dados de Monitriip relativos às viagens a que a empresa se encontrou obrigada a executar entre 01/01/2023 e 31/07/2023, tendo em vista sua incidência na conduta disposta no art. 1º, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003.

Brasília, 08 de agosto de 2024.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO LOURENÇO DA SILVA, Diretor**, em 08/08/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24721965** e o código CRC **FB02E4C1**.